9166093 08020.004200/2019-23

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Gestão de Colegiados

Ata da 3ª REUNIÃO do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP

Aos quatro dias do mês de julho de 2019, às 9h10, no Salão Negro do Palácio da Justiça em Brasília-DF, teve início a reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP. Estavam presentes: Sergio Moro, Ministro da Justiça e Segurança Pública e Presidente do Conselho; Luiz Pontel, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Vice-presidente do Conselho; General Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, Secretário Nacional de Segurança Pública; Rosalvo Ferreira Franco, Secretário Nacional de Operações Integradas; Maurício Leite Valeixo, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; Adriano Marcus Furtado, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Rodrigo Augusto Rodrigues, da Casa Civil da Presidência da República; José Eduardo Pereira, do Ministério da Defesa; Miguel Ragone de Mattos, do Ministério da Economia; Ary Soares Mesquita, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais; Francisco Luiz Telles de Macêdo, do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil; Maurício Teles Barbosa, do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública; Giovani Eduardo Adriano, do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica; Leandro Antônio Soares Lima, do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária; Carlos Alexandre Braga, do Conselho Nacional das Guardas Municipais; Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, do Conselho Nacional de Justiça; Breno Melaragno Costa, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Vinicius Mendes Lima, do Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa; Ewerton da Silva Carvalho, do Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Marlon Jorge Teza, da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; Maria Tereza Uille Gomes, do Poder Judiciário; Fabiano Dallazen, do Ministério Público; Cláudio Chaves Beato Filho, do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública; João Martins da Silva Júnior, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Eliane Aleixo Lustosa de Andrade, do BNDES; André Ribeiro Giamberardino, Defensor Público do Paraná; Cristiane Podgurskio, promotora de justiça, Coronel Freibergue Rubem do Nascimento, Secretário Nacional de Segurança Pública - Adjunto; e o Coronel Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da SENASP e Secretário Executivo do CNSP. **ABERTURA DA REUNIÃO:** O Ministro da Justiça e Segurança Pública e Presidente do CNSP **Sergio Moro** abriu os trabalhos cumprimentando a todos; citou o decreto que criou o novo CONSESP. **Mauricio Teles Barbosa**, Presidente do Colégio de Secretários de Segurança Pública, falou do encontro que teve no dia anterior com o Secretário Nacional de Segurança Pública General Theophilo onde foi relatado a insatisfação dos secretários com a edição do decreto que segundo a área jurídica do ministério, seria para reformular o CONSESP para que ele pudesse existir no mundo jurídico e como órgão de assessoramento do Ministro da Justiça e Segurança Pública; disse que questionou no encontro o porque desse tratamento apenas ao CONSESP que vem desde 2003 e não aos outros conselhos como o CONCPC, CONDPC, CNCG e LIGABOM; afirmou que o pedido feito ao SENASP foi para que esse decreto seja revisto ou revogado para manter a autonomia dos secretários. O **General Theophilo** disse que a intenção ao editar o novo decreto foi ajudar, mas que não obteve o objetivo esperado e concorda em

manter apenas o Colégio de Secretários mas disse que é necessário a avaliação da área jurídica; quanto aos apoios da SENASP aos colegiados, disse que é um gasto muito grande e os colegiados podem bancar diárias e passagens para suas reuniões, como foi afirmado na reunião de ontem; reafirmou que da sua parte, caso não haja nenhum outro problema jurídico, não tem qualquer objeção quanto a revogação do novo decreto. Como não houve nenhuma objeção, ficou definido pelo Presidente o encaminhado pela revogação do Decreto nº 9.890, de 27 de junho de 2019. Seguindo a pauta o **Presidente** falou sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública relativamente aos valores pois diante da legislação as fontes de arrecadação totalizam R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) e o orçamento herdado do governo passado é em torno de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); disse que o MJSP desde o início do ano tem trabalhado junto ao Ministério da Economia para que se faça a recomposição financeira do fundo, porém, com dificuldades, em virtude da queda de arrecadação financeira geral desde o início do ano que tem gerado contingenciamentos; assegurou o total interesse do MJSP na recomposição dos valores do fundo pois até juridicamente é necessário sob pena de frustração da lei. Aberta a palavra, **Miguel Ragone** do Ministério da Economia corroborou com as palavras do Ministro na questão da diminuição da receita e disse que isso está sendo tratado no conjunto das prioridades do Governo Federal, sendo uma das primeiras. **Mauricio Teles Barbosa** falou que na reunião que teve com a SENASP no dia anterior também foi tratado esse assunto e que a questão seria orçamentária pois a arrecadação das loterias que compõe o fundo tem um perspectiva de arrecadação nesses primeiros meses do ano de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e que a questão é a limitação orçamentaria imposta pelo teto de gastos; sugeriu que isso deve ser levado aos parlamentares através das bancadas dos estados e deve ter um esforço do Governo Federal para que a segurança pública não tenha limitação pois a previsão de arrecadação para 2020 é de R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais). **Miguel Ragone** disse que de fato a segurança pública está submetida a uma limitação pelo teto de gastos em virtude da questão financeira, pois temos menos financeiro para realizar as despesas do que tínhamos de previsão orçamentária para ser feita; afirmou que com a volta da normalidade o teto de gasto voltará a ser um limitador pois foi para isso que ele foi criado; destacou que o teto de gastos é por Poder e assim é possível fazer um alinhamento do seu uso por ser mais fácil do que criar uma exceção, mas que também pode ser feita, se for decidido assim. O Presidente da LIGABOM **Coronel Francisco Telles** disse que a segurança púbica tem que ser exceção ao teto de gastos; afirmou que o Executivo, por ter um quantitativo maior de servidores, tem dificuldade de fazer a movimentação orçamentária, pois enquanto o Legislativos e o Judiciários têm sempre uma maior facilidade de ajustar os seus gastos, o Executivo não tem; disse que precisamos ter a movimentação orçamentária vinculada a arrecadação, como acontece nos estados onde o financeiro baliza o orçamentário, para se reverter o atual quadro para que o Governo Federal possa apoiar os estados e os municípios, pois são eles que realizam na ponta a segurança pública. **Fabiano Bordignon** pediu compreensão ao Secretário Executivo do Ministério da Economia pois o FUNPEN tem 350 milhões de reais de orçamento esse ano e tem no fundo 650 milhões de reais e com a demanda de vagas e os projetos prioritários do MJSP, precisa de um total descontingenciamento dos recursos para se cumprir a meta de 100.000 vagas em quatro anos; informou que o pedido formal para esse descontingenciamento já foi feito ao Ministério da Economia. **Coronel Araújo Gomes** do CNCG falou que é preciso que se abra realmente uma exceção para a segurança pública pois nos últimos anos os estados e os municípios vem respondendo nunca menos que por 80% da segurança pública e assim é preciso uma transferência melhor do Governo Federal visto que outras áreas como saúde e educação tem investimentos bem maiores e assim o MJSP fica tentando fazer milagre para produzir mudanças significativas; chamou a atenção para a escolha feita pelo povo brasileiro ao eleger o atual governo com o foco na segurança pública. Ministro **Sergio Moro** disse que há um consenso de que precisamos de mais recursos na área de segurança púbica e na administração penitenciária e esses pleitos já foram apresentados ao Ministério da Economia e na pessoa do Secretário Executivo que integra esse Conselho pediu que no que puder possa ajudar levando a comunicação da posição unânime do Conselho pois se aguarda que os pleitos sejam atendidos, reconhecendo os óbices, mas que podem ser resolvidos com a definição de prioridades e ainda acredita que com a aprovação da reforma da previdência essas pleitos serão atendidos; falou que do trabalho para aumentar o Fundo Nacional Antidrogas pois foi enviada uma Medida Provisória ao Congresso Nacional que visa agilizar a venda de bens sequestrados no âmbito do tráfico de drogas para que esses recurso sejam aplicados na área de repressão e prevenção ao crime além da prevenção ao uso de drogas e atendimento a dependentes químicos e que isso alivia os estados da necessidade de manter largos depósitos para bens apreendidos; disse que está na Medida Provisória que

estes recursos possam ser utilizados de imediato pois não faz sentido deixar estes bens depositados em conta judicial sem que se possa utilizar aguardando um trânsito em julgado que muitos vezes pode levar uma década onde sabemos que a taxa de reversão de condenação é muito pequena. O Secretário Nacional de Políticas Sobre Drogas **Luiz Roberto Beggiora** falou que a redução da oferta e a gestão de ativos é o foco atual da SENAD e que a redução da demanda que corresponde hoje a questão do tratamento, ressocialização social e cuidado está com o Ministério da Cidadania; disse que segundo um importante artigo da Medida Provisória citada pelo Ministro Sergio Moro é que os recursos irão para o Tesouro destinado ao FUNAD e poderá ser imediatamente transferido aos estados e que a legislação prevê que 20% a 40% desses recursos devem ser aplicados na segurança pública, transferidos para as polícia que fizer a apreensão dos bens. Ministro **Sergio Moro** pediu que os membros do Conselho participem da luta pela Medida Provisória para que seja convertida em lei, procurando parlamentares conhecidos pedindo o apoio; destacou outro ponto importante da MP que é a possibilidade de contratação de engenheiros capacitados para que projetos na área penitenciária sejam feitos adequadamente pois o que se vê hoje é a ausência de projetos ou de projetos inadequados o que gera a impossibilidade de investimentos; afirmou que a culpa não é só dos estados, ela é reciproca pois o próprio ministério tem responsabilidades para ajudar os estados na produção desses projetos. **Eliane Lustosa** do BNDES falou que a dificuldade dos estados em elaborar projetos também acontece na área privada pois falta uma coordenação da mobilização desses recursos; citou a FEBRABAN, que gasta 10 bilhões de reais por ano com estouro de caixa público, de caixa de banco, pois tem órgãos que gastam mal; disse que o BNDES tem tratado essa matéria com a discussão de tecnologia e coordenação entre os estados, com a visão da União, para somar esforços e pegar soluções de benchmarking, como o SPIA (Sistema Integrador de Informações de Segurança Pública) da Polícia Federal, para replicando em outros estados, integrando e conectando; colocou o BNDES à disposição para ajudar em projetos com financiabilidade não necessariamente com recurso públicos pois com alguma criatividade e coordenação organismos multilaterais como o BID também tem interesse em participar de solução que tenham transparência e prestação de contas para se monitorar os indicadores dos resultados dos projetos. O Presidente do Conselho das Guardas Municipais **Carlos Braga** falou que recebiam recursos do FNSP para projetos tendo em vista que quando falta o bombeiros, policiais civis e militares, a Guarda Municipal ajuda nessas áreas e em São Paulo a GM vem fazendo serviços de conciliadores; disse que os municípios ajudam os estados porém hoje por limitação não ajudam mais; quer saber se voltarão os financiamentos para os municípios. **General Theophilo** falou que o que existe são os convênios e as emendas parlamentares mas que do fundo não está previsto repasse para os municípios diante dos poucos recursos. Ministro falou que foi uma opção legislativa que deixou os municípios fara, mas isso pode ser revisto; propôs que o CNSP poderia trabalhar no sentido de alteração para que os municípios possam ser contemplados; afirmou que a discussão da "divisão do bolo" sempre traz controvérsias quanto ao tamanho das "fatias" e os contemplados; disse que da parte do Governo Federal não existe objeção. **Carlos Braga** pediu que fosse feito um estudo para alteração da legislação para que os municípios voltem a ser contemplados e que enquanto isso não muda acatou a orientação do General Theophilo para que os municípios busquem junto aos parlamentares as emendas parlamentares. **General Theophilo** falou do trabalho para a criação de uma Medida Provisória e uma PEC para uma "Lei Rouanet" para a segurança pública onde os empresários possam deduzir do imposto de renda 60% (pessoa jurídica) e 40% (pessoa física) para que esse dinheiro seja revertido para segurança pública e com certeza os municípios serão colocados com prioridade. **Vinicius Mendes** do Instituto Besouro de Ouro de Fomento Social falou da atuação do instituto e disse que tem muitos recursos da iniciativa privada e do terceiro setor no trabalho realizado em favelas e comunidades periféricas no Brasil e em mais quatorze países; citou um trabalho realizado no Presídio Central de Porto Alegre na regressão da pena através da leitura que é uma forma de criar vagas e inserir essas pessoas na sociedade; sugeriu se criar uma câmara ou um grupo de trabalho para planejar ações com a iniciativa privada e o governo na área de defesa social. Ministro **Sergio Moro** disse que isso será objeto de estudo pelo CNSP. **Leandro Lima** do Conselho Nacional de Justiça e Administração Penitenciária - CONSEJ pediu que a remissão pela leitura, citada por Vinicius Mendes do Instituto Besouro de Ouro, seja encaminhada ao pleno do Conselho Nacional de Secretários de Justiça, onde se discute a administração penitenciária, para que possa ser encaminhado aos estados onde existem ações específicas nessa atividade; se colocou à disposição para pautar esse tema na próxima reunião do CONSEJ que acontece no mês de agosto. Ministro **Sergio Moro** destacou a importância da sugestão pois pode ser um gerador de receitas adicionais e citou o exemplo do presídio de Chapecó em

Santa Catariana onde tem ações em andamento com trabalho dos pesos; destacou que o DEPEN levou alguns Secretários de Administração Penitenciária para conhecer esse modelo que é um exemplo de investimento da área privada no âmbito da segurança pública e que temos que expandir pois mesmo sem dinheiro público pode dar bons resultados; disse que teve uma surpresa quando todos os empresários a despeito do interesse social disseram que o empreendimento era lucrativo e ainda gera valores para um fundo rotativo criado no estado; falou da portaria sobre o banco de perfis genéticos, para aumentar os índices de solução de crimes. Seguindo a reunião o Ministro **Sergio Moro** falou da portaria que traz os critérios objetivos de rateio e repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública e que foi aprovada por unanimidade no CONSESP e que deverá ser assinada nos próximos dias; destacou as duas políticas públicas que ficaram definidas na portaria que é a dedicação do estado para formação do Banco de Perfis Genéticos e também a criação de delegacias especializada no combate a corrupção. O Secretário Nacional de Segurança Pública **General Theophilo** falou sobre a integração do SIGMA e SINARM para que eles possam se "falar", abrindo níveis de conhecimento entre um e outro; falou sobre o projeto de identidade única afirmando que não adianta ter um Banco de perfis genéticos se o cidadão pode fazer uma identidade em cada estado. Ministro **Sergio Moro** disse que o tema da identidade única está sendo tratado no Ministério da Economia e é um projeto estratégico do governo de um modo geral. **Miguel Ragone** falou que de fato a identidade única é uma prioridade do governo e a discussão com a Justiça Eleitoral permanece em virtude da vinculação com a biometria pois tem um ganho muito grande; destacou que a despeito da priorização existe limitação financeira que se busca transpor. **Geovanni Adriano** do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica - CONDPC falou que os peritos tem muito a contribuir para a segurança pública; disse que sobre o número único, em Santa Catarina, estão trabalhando para adotar o CPF e isso poderia ser compartilhado a nível de Brasil; afirmou que muito se fala que é possível se ter mais de um CPF mas quando se coloca a biometria essa possibilidade acaba; disse que muito se tem falado a nível nacional e nada tem sido feito, por isso que Santa Catariana vem fazendo um ótimo trabalho nesse sentido; para ele não precisa criar um novo número para uma identidade única pois já existe o CPF; relatou uma fraude que vem acontecendo em seu estado que é a falsificação de identidades por pessoas vindas dos estados vizinhos; fez um pedido ao Ministro sobre a questão do porte de arma para peritos e sobre a PEC que defende um nome único para a perícia em todos os estados; falou sobre o Banco de Perfis Genéticos e que estão empenhados juntamente com o sistema prisional alimentando o banco. **Mauricio Teles** falou sobre uma identificação civil única nacional pois é um básico para se discutir identificação em outros âmbitos como o criminal. Ministro **Sergio Moro** falou da relevância da identificação civil digital mas vê que para alguns é complexo pois 30% da população não tem boa impressão digital e que já exste a possibilidade de utilizar a íris no futuro, mas reconheceu o grande investimento em tecnologia para essa implementação; falou ainda do banco de dados do TSE pois há dúvidas se esse banco pode ser usado para o fim da segurança pública. O Vice Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa **General José Eduardo** falou sobre a unificação do SIGMA e SINARM pois está a cargo da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro; se comprometeu a provocar esse assunto no Ministério da Defesa e no Exército Brasileiro para que se possa contribuir com o trabalho que vem sendo realizado. O Diretor da Polícia Federal **Maurício Valeixo** falou que já está em funcionamento o SINARM 2 na Polícia Federal que possibilita uma melhoria na integração e que necessita da alimentação por parte dos estados e que isso vem sendo tratado com o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro para que esses bancos sejam replicados e um alimente o outro; disse que há uma portaria a ser lançada pelo MJSP para que a PF junto com a SENASP através da sua área de informática, estabeleçam protocolos em um trabalho coordenado pelo Instituto de Identificação e da área de perícia da PF no sentido de se ter um banco nacional multibiométrico que é uma excepcional ferramenta no combate a criminalidade. **Arnaldo Hossepian** do CNJ falou da necessidade de estruturação das Policia Civis através de uma Lei Orgânica para que se tenha uma motivação dos profissionais com uma carreira em que se possa progredir. Ministro **Sergio Moro** disse que é um tema relevante e que o MJSP está trabalhando nesse sentido inclusive incluindo os agentes penitenciários e que em breve será criada uma pauta legislativa. **Maria Terenza Uille Gomes** do CNJ questionou sobre uma comissão permanente que consta no decreto que cria o CNSP; falou que vem trabalhando juntamente com outros conselheiros no CNJ desenvolvendo estudo sobre as metas e indicadores da Agenda 2030 da ONU e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que não prevê nada para o Poder Judiciário; afirmou que um dos estudos trata de uma maior aproximação de dados e informações do Poder Executivo com dados do Poder Judiciário; sugeriu uma proposta

prática fixando prazo de 60 ou 90 dias para estudar um município e uma área de fronteira verificando quais são os dados do Executivo e do Judiciário para se fazer uma integração de dados; falou também que o Brasil não tem uma classificação internacional de crimes e informou que já existem 72 países que aplicam e que poderia ajudar até no desencarceramento para crimes não violentos; sobre o documento nacional de identidade disse que faz parte do Comitê Gestor que trata do assunto e tem um ponto importante que é a integração do CPF agregado a biometria; afirmou que é positivo e que isso pode ser agregado a certidão de nascimento e automaticamente teríamos o óbito associado a essa certidão. **Giovane Adriano** do CONDPC lembrou que a Polícia Científica também encaminhou uma proposta de Lei Orgânica para a SENASP e pede para ser incluída na discussão caso se crie um grupo de trabalho para encaminhar as proposta para o Congresso Nacional. O presidente da Federação de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME **Coronel Marlon Jorge Teza** falou da reestruturação das polícias como um todo; destacou que a Polícia Militar tem uma legislação antiga que é de 1969 e agradeceu a SENASP por enviar propostas de mudanças ao Congresso Nacional pois já ira para plenário na Câmara dos Deputados em breve e precisa de mais apoio nessa faze para que seja pautado para votação. O representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça dos Estados **Fabiano Dallazen** falou que no Rio Grande do Sul foi aprovada uma lei de incentivo a doações para a segurança pública que tem funcionado muito bem através do abatimento do ICMS, que não é um isenção, e sim uma destinação para projetos estabelecidos pela Secretaria de Segurança Pública e pode ser replicado em outros estados; questionou se o Plano Nacional de Segurança Pública aprovado no final do ano passado terá alguma alteração ou se o trabalho seguirá as metas estabelecidas. Ministro **Sergio Moro** disse que o plano precisa de revisão quanto as metas e objetivos e será apresentado ao CNSP para revisão. Fabiano Dallazen falou ainda do incentivo da criação de planos estaduais e municipais. **Weverton** da Educafro disse que como sociedade civil o que preocupa é que o foco está na repressão e não tem visto discutir a prevenção; falou sobre a educação nos presídios e que isso precisa ser aperfeiçoado, inclusive preparando os presos para o ENEM; disse que a sociedade vê a polícia como inimiga e isso precisa ser mudado para que o policial seja visto, principalmente pela juventude, como um amigo; para ele falta uma maior vontade política para atuação em prevenção; sobre a humanização do policial disse que foi fuzileiro naval e na sua formação não recebeu essa formação de proximidade; pediu atenção maior na questão dos presídios e na prevenção da criminalidade. Ministro **Sergio Moro** falou que a posição do governo é realmente de investir em todos os focos, citando o projeto de combate a crimes violentos que será aplicado em cinco cidades piloto e que prevê atuação na prevenção, repressão e ações de cunho social. O Diretor **Fabiano Bordignon** falou que um dos pilares do DEPEN é a ressocialização com educação e trabalho para uma reintegração eficaz na sociedade; citou o projeto da remissão pela leitura que vem sendo desenvolvido pelo DEPEN e informou que serão adquiridos livros para serem distribuídos para todas as unidades prisionais. **Cláudio Beato**, do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, falou da necessidade de se ter diagnósticos consistentes e avaliação para saber se realmente as metas e resultados estão sendo atingidos e qual o custo disso; falou que as faculdades e centros de pesquisa podem contribuir na formação e qualificação de profissionais; chamou a atenção para se discutir mecanismos mais contundentes com relação ao adensamento da massa crítica sobre estudos e avaliação em segurança pública. O **General José Eduardo Pereira** do Ministério da Defesa falou da atuação na faixa de fronteira em operações diárias com apoio de várias agências; do aprimoramento da integração e atuação na faixa de fronteiras; disse que o Gabinete de Segurança Institucional vem realizando reuniões periódicas sobre a faixa de fronteira e que na sua percepção estamos tendo, de boa para muito boa, integração local; afirmou que é preciso contar mais com as FFAA para atuar na segurança pública pois tem muita tecnologia ociosa por falta de demanda e que pode ser usada no combate ao crime; falou do trabalho que vem sendo realizado na área cibernética, com a participação de vários atores, destacando que existe espaço para uma maior integração. Ministro **Sergio Moro** falou sobre a necessidade de atuação integrada e por isso a criação da SEOPI que já vem desenvolvendo operações como foi o caso da transferência de presos de São Paulo para presídios federais e que contou com a participação do Governo de São Paulo, polícias do estado, PF, PRF e FFAA; falou do plano estratégico para o segundo semestre que prevê a criação de um projeto piloto de criação de um escritório integrado na área de fronteira onde serão reunidos PF, PRF, polícias locais, FFAA e Receita Federal; destacou a grande contribuição que as FFAA podem dar com suas tecnologias. Breno Melaragno Costa do Conselho Federal da OAB colocou a OAB à disposição do CNSP e do ministério; destacou que a OAB representa cerca de 1.200.00 (um milhão e duzentos mil) advogados no país que são cidadãos preocupados com a segurança publica e trabalham

em defesa da sociedade; apoiou os temas discutidos até agora na reunião (lei orgânica das policias, identidade única, biometria, banco de perfil genético, etc); falou que a OAB compactua com o pleito para o desencarceramento para crimes não violentos; apoiou a fala do conselheiros Weverton quanto a atuação na prevenção e a levar a polícia para próximo da sociedade. O **Brigadeiro Ary Soares Mesquita** do GSI falou do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras que tem nove órgãos no seu comitê executivo e que conta com representantes do MJSP, integrantes da SENASP, SEOPI, PF e PRF que debatem a questão da segurança pública na faixa de fronteira ao menos quinzenalmente; disse que estão visitando os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras onde dos 11 (onze) estados fronteiriços já visitaram 7 (sete); informou que as visitas também acontecem a portos e aeroportos; destacou que a intenção é fazer articulação e integração entre estados, municípios e a União. **Carlos Braga** disse que as Guardas Municiais tem por vocação e característica essencial, o policiamento preventivo e comunitário da criminalidade com diversos projetos sendo desenvolvidos como o "Anjos da Guarda" e "Criança Sob Nossa Guarda" que acontecem nas escolas; sobre identificação, falou que a Guarda Municipal tem uma identidade com o número do CPF, validador eletrônico e biometria; sobre banco de dados, colocou o da Guarda Municipal à disposição da SENASP; questionou sobre os novos decretos de armas e sobre a continuação dos convênios para o porte para os Guardas Municipais. Ministro **Sergio Moro** orientou que deve ser seguido o que vem sendo realizado quanto ao porte de arma para as Guardas Municipais até que se tenha uma maior clareza quanto ao que foi modificado. **Coronel Araujo Gomes** fez coro quanto a importância da prevenção à criminalidade e citou o PROERD que por ano contempla quase seis milhões de crianças por ano há mais de vinte anos; falou de um paradoxo que vem acontecendo que é a queda dos índices de crimes em áreas públicas e o aumento dos crimes em área privada como a violência doméstica e feminicídios; para ele, essa questão não pode ficar fora das discussões do Conselho; destacou a necessidade de ampliação do portfólio de intervenção para o policial de rua; pede um estudo do poder de polícia administrativa para as PMs, a mediação no local do conflito para crimes de pequeno potencial e a elaboração do TCO no local da ocorrência; esse estudo poderia ser realizado com a participação de todos os envolvidos para que uma normativa nesse sentido quebre a resistência daqueles que ainda não praticam. **Andre Giambertino** disse que fez parte do Ministério de Segurança Pública e está à disposição para esclarecimentos quanto a construção da Política Nacional de Segurança Pública e demais normas decorrentes; falou sobre a criação dos conselhos estaduais e municipais de segurança pública no sentido de que são uma ferramenta essencial para detectar os problemas locais. Vinicius Mendes do Instituto Besouro de Ouro falou de um trabalho realizado na COLMEIA (Penitenciária Feminina do Distrito Federal) em parceria com o DEPEN e que capacitou detentas sem a utilização de recursos públicos; falou mais sobre a remissão pela leitura e da dificuldade de implementação pois o que se exige é uma resenha e não tem quem faça a avaliação disso e por isso as remissões nesse modelo são poucas. **Coronel Renato Ivo** falou sobre a minuta do Regimento Interno que foi entregue a todos objetivando a apresentação de sugestões ou alterações para que na próxima reunião sejam discutidas e aprovadas; informou que ainda esse ano será realizada mais uma reunião e pediu sugestão de pauta para o próximo encontro, colocando a Secretaria Executiva à disposição de todos para tratar da parte técnica e administrativa. Ministro **Sergio Moro** agradeceu a presença de todos e informou que os encaminhamentos necessários serão realizados a partir das deliberações e sugestões. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião às 11h15. Para constar, eu, Fábio Floriano da Silva, lavrei a presente ata.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO FLORIANO DA SILVA**, **Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 11/09/2019, às 16:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MORO**, **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 05/02/2020, às 17:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 07/02/2020, às 11:37, conforme o § 1º do art. 6º e

art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **9166093** e o código CRC **05F1009D**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.004200/2019-23 SEI nº 9166093